

A concepção de sustentabilidade e a necessidade de políticas públicas éticas como ferramentas para o desenvolvimento e a importância da responsabilidade social empresarial nesse contexto

THE CONCEPT OF SUSTAINABILITY AND THE NEED FOR ETHICAL PUBLIC POLICIES
AS TOOLS FOR DEVELOPMENT AND THE IMPORTANCE OF CORPORATE SOCIAL
RESPONSIBILITY IN THIS CONTEXT

Sólon Cícero Linhares

Professor de Direito Penal da PUCPR; Professor de Direito Penal Econômico do Curso de Pós-graduação em Direito Empresarial da UniCuritiba; Mestre pela Universidade Federal do Paraná. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1181746024660677>.

RESUMO: O conceito sobre sustentabilidade leva em conta a preservação das necessidades da presente geração sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades. Considerando que a categoria necessidades trazida no conceito de sustentabilidade leva em conta os padrões de vida dos seres humanos, é essencial que se reflita até que ponto as necessidades, por si só, suprem ou dão eficácia a um desenvolvimento sustentável. Por outro lado, como há interconexões entre a sustentabilidade e desenvolvimento, até que ponto as políticas públicas influenciam este ciclo? Quais as suas consequências? Por fim, até que ponto a responsabilidade social empresarial é ferramenta essencial neste contexto?

Palavras-chave: Sustentabilidade. Desenvolvimento. Ética. Responsabilidade social empresarial.

The current concept of sustainability takes into account the preservation needs of the present generation without compromising the ability of future generations to meet their own needs. Considering that the

ABSTRACT:

category needs brought the concept of sustainability takes into account the living standards of humans, it is essential to reflect the extent to which needs alone, supply or provide effective sustainable development. On the other hand, as there interconnections between sustainability and development, how public policies affect this cycle? What are its consequences? Finally, the extent to which corporate social responsibility is an essential tool in this context?

Keywords: Sustainability. Development. Ethics. Corporate Social Responsibility.

“Todos nós reconhecemos, hoje em dia, que o meio ambiente vem sendo atacado com muita facilidade. Frequentemente é lesionada a camada de ozônio, aquecemos o globo, poluímos o ar e os rios, destruimos as florestas, esvaziamos os recursos minerais, levamos várias espécies à extinção e causamos outros tipos de devastação. O atual interesse pela “sustentabilidade” surge desta tomada de consciência.”

Amartya Sen (2010, p. 64).

Ora, é cediço que vem crescendo vertiginosamente a discussão mundial a respeito de um meio ambiente sustentável e, neste sentido, já em 1987, no manifesto Nosso Futuro Comum, desenvolveu-se o conceito de desenvolvimento sustentável como aquele que “atende às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de atender às suas próprias necessidades”.

Décadas atrás já se discutia sobre a sustentabilidade, seja através de protocolos onde vários países se comprometerem com o meio ambiente de maneira mais efetiva, como, por exemplo, o Protocolo de Kyoto com metas de redução de gases na atmosfera – não aderido pelo país que mais emite gás carbônico em nosso planeta, Estados Unidos – seja através de Conferências com a vindoura Rio + 20, marcada para 2012 e pouco divulgada, já que ainda, infelizmente, não faz parte da discussão cívica e política em nosso país.

Diante disto, de lá pra cá muito se amadureceu sobre os elementos conceituais que integram a categoria de meio ambiente e sustentabilidade, mas ainda falta muito e neste sentido uma indagação reforça a discussão: o desenvolvimento sustentável tem como foco apenas as necessidades dos seres humanos?

É certo que as “necessidades” levam em conta os padrões de vida dos seres humanos, ou seja, devemos preservar, por exemplo, o ar que respiramos e os rios que cortam nossas metrópoles pelo menos da mesma forma como hoje estão, para que as gerações futuras também disponham das mesmas condições e assim, terão as mesmas necessidades que as gerações atuais.

Penso que este viés de padrões de vida é um tanto tímido quando comparado com a visão da própria humanidade.

Como bem registrou o Prêmio Nobel de Economia, Amartya Sen (1998),

usando uma distinção medieval, não somos apenas pacientes, cujas necessidades exigem atenção, mas também agentes, cuja liberdade de decidir quais são seus valores e como buscá-los pode estender-se muito além da satisfação de nossas necessidades. Não deveríamos nos preocupar em preservar – e na medida do possível expandir – as liberdades substantivas atuais das pessoas “sem comprometer a capacidade das futuras gerações” de ter as mesmas – ou até mais – liberdades? (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 65).

Ora, é evidente que não há mais espaço para um conceito de sustentabilidade sem que se abarquem as necessidades de manejar o alcance cívico dos cidadãos no que se refere aos desafios do desenvolvimento. É imprescindível que os atuais cidadãos, através dos direitos e liberdades já conquistados ao longo da história, promovam a discussão, cada vez mais frequente, seja política, social ou jurídica sobre as necessidades de se pensar o desenvolvimento de uma forma sustentável e não simplesmente perquirir-se sobre as necessidades de padrões de vida.

Como exemplo claro desta concepção, (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 65) é o conceito de cidadão ecológico, ou seja, aquele que funciona como um agente com entendimento social e reflexão racional sobre a amplitude da responsabilidade ecológica. De forma muito elucidativa Sen trouxe uma situação real: “no final de 2000, criticavam-se as políticas do governo britânico quando ele recuou, cedendo a piquetes e protestos, de um aumento proposto nos impostos sobre o petróleo, sem fazer nenhuma tentativa séria de trazer a questão do meio ambiente para a discussão pública”. E arremata: “há uma frustração crescente não apenas com a insignificância – ou total ausência – de iniciativas positivas para envolver os cidadãos nas políticas ambientais, mas também com o evidente ceticismo das autoridades públicas de que o apelo ao senso de responsabilidade social poderia dar resultado”.

Em outras palavras, o que se pretende é dimensionar o entendimento do que é cidadania ecológica e neste passo, por consequência, estreitar o conceito de cidadão ecológico, não como algo essencialmente que funciona como aparato ou instrumento de preservação do meio ambiente porque simplesmente é “bonito” e “elegante” ou porque será mantido nossos padrões de vida e os das futuras gerações, mas porque a cidadania ecológica deve ser interpretada como parte da parcela do conceito eficaz de sustentabilidade.

Ao pensar, refletir, escrever, contestar, protestar sobre políticas públicas, sejam ambientais, sociais, criminais, estaremos exercendo nosso direito à cidadania e, portanto, reforçando o conceito de sustentabilidade.

Não seremos meros pacientes, inertes, mas sujeitos ativos com capacidade de buscar e decidir o que é importante deixar preservado para nossas gerações futuras, sem se apegar somente a meras necessidades.

Por esta razão, quando perguntamos qual a relação dos atuais padrões de vida com a necessidade de preservar determinada espécie em extinção, não é raro ouvir que em nada afetará os padrões de vida se aquela ou outra espécie for extinta, mas que a sua não extinção deve ser enfrentada por alguma razão que não aquela que afeta os padrões de vida humanos. Por exemplo, qual a responsabilidade da mãe em relação ao filho? Sua responsabilidade não é somente porque deu a luz, mas porque as coisas que a mãe fará ao longo da vida, influenciará diretamente seu filho, seja para o bem ou para o mal. Por este motivo, a razão da mãe cuidar do filho não está atrelada ao padrão de vida, mas sim a responsabilidade atrelada ao poder exercido por ela. (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 69)

Por isto, aquele que pensa e age por convicções e valores inculcados quando da sua própria formação, certamente praticará condutas direcionadas a um desenvolvimento meio ambiente sustentável não apenas porque preservar determinada espécie é importante, mas porque a preservação representa muito mais que isto - é a sua própria capacidade de pensar e refletir sob a ótica ambiental que está sendo preservada.

As palavras de Amartya Sen reforçam esta ideia:

A relevância da cidadania e da participação social não é apenas instrumental. Elas são partes integrais daquilo que devemos preservar. Temos de combinar a noção básica de sustentabilidade (aliada às necessidades) com uma visão ampla dos seres humanos – uma visão que inclua os agentes cujas liberdades têm valor, não apenas como recipientes reduzidos a meros padrões de vida. (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 70)

Assim, partindo desta concepção de sustentabilidade, torna-se imprescindível que os cidadãos façam parte integrante deste movimento, não como sujeitos passivos, mas como uma elementar indispensável ao desenvolvimento e, isto, começa com as reflexões de nossas políticas públicas.

Tomemos como referência a crise de Wall Street, onde diante da falta de participação ativa dos cidadãos, somados à ausência total de ética de alguns empresários e membros do governo americano, proporcionaram uma das maiores crises mundiais deste século.

A crise, que inicialmente era financeira, tornou-se macroeconômica e hoje já é uma crise com grandes proporções humanitárias. Para se ter uma dimensão do problema, a população que passava fome no mundo, antes da crise, era de 990 milhões de pessoas, com ela, chegou a 1 bilhão de pessoas. Desse total cerca de 9 milhões de crianças vão morrer de fome, tudo devido à crise. O desemprego já demonstra índices há anos não presenciados. Só em New York a população desocupada que passou a morar na rua chegou a 50 mil.

E onde está o cerne desta questão? Com toda certeza esta resposta está ligada diretamente à absoluta falta de ética daqueles que administram as políticas públicas. As diretrizes econômicas dos Estados Unidos, por exemplo, antes da crise, estavam fundadas na desregulação do mercado, por exemplo, o mercado de derivativos, tudo no intuito de fomentar ainda mais o lucro. Em nome deste fundamentalismo deixou-se para o próprio mercado o ajuste entre compra e venda/oferta e procura. Aqui foi o grande erro, já que o egoísmo que impera nas relações de mercado é movido pela cobiça desenfreada e, junto com ela, pela falta de ética.

Para se ter uma compreensão contextualizada é imprescindível lembrar os conceitos econômicos de Arthur Cecil Pigou, que afirmava, entre outras coisas, que o mercado sempre está envolto na lei da oferta e procura e com base nos egoísmos recíprocos – de quem compra e de quem vende – o mercado se ajusta e produz o melhor produto ou o melhor serviço para a sociedade.

Entretanto, Pigou viu falhas neste modelo de mercado, como por exemplo, o monopólio, onde nesta situação, está nas “mãos” de quem vende a totalidade de determinado produto, por isso pode barganhar o preço que entender conveniente e, por conta disto, entendeu Pigou, ser imprescindível a regulação do mercado pelo Estado. Não pode o Estado diante de falhas de mercado, deixar que o próprio mercado se “autoajuste” ou se autorregule. Pense na compra de uma grande empresa de chocolates por outra no Brasil, caso o mercado se aproxime de algo considerado monopólio o CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) intervirá, com de fato já o fez em diversas situações.

Sem adentrarmos nas críticas econômicas feitas por Ronald Coase às ideias de Pigou, já que não é este o objetivo deste ensaio, poderíamos acrescentar a visão de Pigou outra falha – a falha ética – movida pela cobiça da obtenção de lucro a qualquer preço.

Perceba que esta é uma falha estrutural, de fundo, razão pela qual a mudança exige quebra de paradigmas, nas mesmas linhas de Thomas Kuhn, ou seja, a economia não pode estar fundamentada somente na obtenção do lucro, sem que se meça as consequências daí derivadas, mormente as sociais.

A quebra do paradigma está em adotar uma economia com face mais humana, mais ética e consequentemente políticas públicas com este viés.

Somente assim, o conceito inicial abordado de sustentabilidade terá atingido seu objetivo, ou seja, a de ampliar as liberdades dos seres humanos, sem que se exclua qualquer outra. Na economia de mercado a regra é a mesma, sustentabilidade econômica está ligada diretamente a liberdades e ética.

E qual o rumo para este novo caminho?

Amartya Sen, mais uma vez, com muita propriedade, propõe que avancemos na responsabilidade social empresarial.

Esclarece o Prêmio Nobel (1998) que há dois tipos de empresas no mundo e que está nascendo uma terceira forma (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 370-371).

Inicialmente as empresas visavam somente o lucro, a qualquer custo e não tinham obrigação de prestar contas a qualquer pessoa envolvida direta ou indiretamente com sua linha de produção, exceto seus proprietários – chamada de empresa narcisista.

Posteriormente, ante os chamados da sociedade, as empresas começaram a ter uma função mais social, voltada para o incentivo a prática de esportes, financiando movimentos culturais, museus e até universidade, tudo com apoio de políticas públicas neste sentido – chamada de empresa filantrópica.

Entretanto, frente aos elevados níveis de desvios éticos testemunhados pelo mundo após a crise de 2007/2008 nos Estados Unidos, há um clamor para uma empresa com responsabilidade social, ou seja, aquela que repudia a discriminação de gênero, a exploração do trabalho infantil, degradante, aquela que se preocupa com plano de carreira e progressão funcional, transparência com o consumidor e com seus acionistas, com o meio ambiente e por fim, aquela que não tem um discurso duplo com teoria e prática.

Esta nova concepção de gestão empresarial é uma das maiores ferramentas para o enfrentamento da crise e para uma nova marcha rumo ao desenvolvimento econômico e sustentável.

Como bem consignado por Amartya Sen, a ideia de responsabilidade social empresarial avançou fortemente nos últimos anos. A revista *The Economist*, por exemplo, que até poucos anos atrás via a responsabilidade social empresarial de modo bastante crítico considera que ela “venceu a batalha das idéias” e que “com o tempo, será simplesmente a forma de fazer negócios do século XXI” (SEN; KLIKSBERG, 2010, p. 365)

A conclusão que este ensaio propõe é no sentido de se refletir sobre o que de fato é a concepção de algo sustentável, principalmente remetendo o leitor à ligação direta entre sustentabilidade e os conceitos de liberdades. Não podemos ficar aquém do avanço das ideias, precisamos fazer um esforço no sentido de acompanhá-las.

É temerário ainda pensar em sustentabilidade como mera necessidade.

Da mesma forma, quando falamos das interconexões entre a sustentabilidade e o desenvolvimento econômico e o papel da crise neste contexto é imprescindível como parte integrante deste processo a contribuição essencial da empresa privada, com responsabilidade social e ética transbordante como ferramenta nesse novo modelo de economia que se avizinha.

REFERÊNCIA

SEN, Amartya; KLIKSBERG, Bernardo. **As pessoas em primeiro lugar**: a ética no desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

Recebido em: 10/05/2011;

Aceito para publicação em: 22/05/2011.